

## COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE, PERNAMBUCO: UMA PERSPECTIVA

Rita Alcântara Domingues<sup>1</sup>  
Luiz Carlos França de Lima<sup>2</sup>

### RESUMO

Há uma multiplicidade de perspectivas e tipos de conhecimento sobre o espaço-sociedade, entretanto, optamos por abordá-lo a partir de sua diversidade e complexidade. Assim, a proposta deste artigo é entender o CIPS, não apenas do ponto de vista de sua funcionalidade econômica e produtiva, mas também suas significações sociais. Algumas questões metodológicas e instrumentos teóricos respaldam a análise. Fez-se pesquisa bibliográfica, para a investigação teórica e conceitual da abordagem institucional, destacando-se o pensamento de Veblen (1965) e Douglass North (1993), que resgata conceitos como o de instituições e organizações e sobre a sociologia das relações, com Gusmão (1970), Fernandes (1993) e Elias e Scotson (2000), bem como pesquisa de campo para bem conhecer a subjetividade da realidade. Conclui que, nesse espaço escolhido pelo capital, objetos, ações, instituições e políticas públicas estão direcionados a colaborar com a modernidade e com o grande capital, acompanhados da geração de emprego e do crescimento econômico, todavia o processo de inclusão social não vem sendo contemplado e os conflitos sociais estão presentes.

**Palavras-Chave:** Espaço. Conflitos sociais. Funcionalidade econômica. Instituições. Complexidade.

---

1 Geógrafa, doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora e Professora Associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) [ritaalcantara@outlook.com](mailto:ritaalcantara@outlook.com) e [rims7@hotmail.com](mailto:rims7@hotmail.com)

2 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.  
Email:[l\\_carlos\\_franca@hotmail.com](mailto:l_carlos_franca@hotmail.com)

*INDUSTRIAL COMPLEX AND SUAPE PORT,  
PERNAMBUCO: A PERSPECTIVE*

**ABSTRACT**

There is a multiplicity of perspectives and types of knowledge about space and society, however, we chose to approach it from its diversity and complexity. Thus, the purpose of this article is to understand the CIPS, not only from the point of view of its economic and productive functionality, but also their social meanings. Some methodological issues and theoretical tools advocated a review. A bibliography search for the conceptual and theoretical investigation of the institutional approach, emphasizing the thought of Veblen (1965) and Douglass North (1993), which presents concepts such as institutions and organizations and the sociology of relations with Gusmão (1970), Fernandes (1993) and Elias and Scotson (2000) as well as field research to well know the subjectivity of reality. Concludes that, in the chosen capital, objects, actions, institutions and policy space are directed to cooperate with modernity and with big capital, accompanied by employment generation and economic growth, however the process of social inclusion is not being contemplated and social conflicts are present.

**Keywords:** Space. Social Conflicts. Economic Functionality. Institutions. Complexity.

## Introdução

Nas palavras de Wilde (apud HAESBAERT, 2002, p.77), o espaço na modernidade reflete uma problemática dinâmica e multifacetada da realidade. Para entendê-lo, é necessário incorporar em nossas reflexões a diversidade e o surgimento permanente do novo, um processo destruidor e ao mesmo tempo construtor, que conduz o próprio homem a uma condição de perplexidade. Para Haesbaert (2002), esses elementos parecem construir a tônica desse processo:

O espaço é testemunha e veículo dessa dinâmica. No espaço estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos, seus múltiplos sentidos são vivenciados, a cada instante nos mais diferentes lugares (HAESBAERT, 2002, p. 81).

Refletindo sobre a melhor forma de entender o espaço e o mundo, Straforini (2004, p.82-3) entende que a globalização não representa a produção de um espaço mundial homogêneo. Na verdade, ela vem produzindo historicamente espaços desiguais, com uma rígida divisão territorial e social do trabalho, marcando os espaços hegemônicos e os subordinados, ou seja, alguns dão as ordens e outros as executam, todavia são indissociáveis, unidos por uma lógica da mais-valia universal.

Fazendo-se um paralelo com o caso brasileiro, a título de exemplificação, podemos citar que, nas últimas décadas, a economia do Estado de Pernambuco tem se destacado no nível regional e nacional, devido ao forte crescimento econômico impulsionado pelo Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), localizado na Região Metropolitana de Recife. Por trás desse dinamismo econômico, está o planejamento traçado pelo estado, ao longo dos anos 1970, com a decisão de construir um grande Porto: Suape, tornando a área, décadas depois, um polo atrativo para implantação de empresas de grande e médio porte, em busca de incentivos fiscais dos governos federal e estadual.

Esse espaço, no momento, é entendido como interessante repositório de múltiplas finalidades e sentidos, no qual, nas palavras de Milton Santos (2004), a velocidade com que pedaços do território são valorizados e desvalorizados, determinando mudança de usos, é temerária. Embora o autor não se refira especifica-

mente, a questão da cana de açúcar, nos seus escritos pode-se remeter na área de estudo, uma vez que no passado, a área tinha como meta a produção de açúcar, enquanto hoje seu uso segue outra lógica do capital, com um grande porto combinado com indústrias e várias conexões internacionais.

Ampliando-se o raciocínio para o que isso representa, tem-se: o porto conectado a 160 outros portos, operando 365 dias no ano, independentemente das marés, e movimentando 12,8 milhões de toneladas de carga por ano; ainda, segundo seu Plano Diretor (2010), está prevista sua ampliação até 2030. No que se refere às indústrias envolvidas, eram 102 empresas privadas operando em 2013, com subsídios e incentivos do governo do estado, por meio do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, e outras 40 empresas em fase de instalação. A área do Complexo Portuário de Suape é composta por oito municípios (Figura 1)<sup>3</sup>, entretanto, para este estudo, voltamos a atenção para apenas dois deles, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, por estarem vivenciando uma transformação mais rápida, não apenas do ponto de vista econômico e produtivo, mas também do crescimento populacional.

---

3 São eles: Cabo de Santo Agostinho, Escada, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém.

---

**Figura 1** – Municípios que compõem o espaço do Complexo Industrial e Portuário de Suape

**Fonte:** Agência Condepe-Fidem, 2013.

De acordo com o censo de 2000 do IBGE, a população residente total do complexo era de 995.619 habitantes, sendo 88% na área urbana. Com base no censo seguinte, os dados apontam que o espaço ganhou, em termos absolutos, 141.762 mil pessoas em apenas uma década, totalizando 1.137.381 habitantes. Para uma ideia do que esse montante representa, a população total do Território Estratégico de Suape equivale a 70% da população de Recife – capital do estado –, e 13% da população do estado.

A realidade evidencia uma dinâmica populacional, a questão dos deslocamentos populacionais, impulsionados pelas transformações do mercado de trabalho no território de Suape, e a sobrecarga na área urbana em torno do atendimento à demanda. Nesse processo de reordenamento, não existe comércio diversificado nem uma extensa rede de serviços voltada ao atendimento da população. O novo ordenamento territorial está repleto de complexidades e incertezas.

Para equacionar tantas mudanças, o governo de Pernambuco definiu um novo

ordenamento, o Plano do Território Estratégico de Suape, com diretrizes para uma ocupação sustentável. Nesse sentido, entende a região não apenas como um polo dinâmico do estado, face aos investimentos recentes,<sup>4</sup> mas também não esquece que as práticas sociais cotidianas têm uma dimensão espacial. Isso se relaciona com o fato de que conhecer é construir subjetivamente a realidade.

Tendo em vista essa realidade ser diversa e ao mesmo tempo complexa, que está sempre se refazendo, enfrentamos questões de um corpo teórico já consolidado, distante da instabilidade, que a todo o momento nos chama a atenção. Nesse quadro de contemporaneidade, própria do espaço na modernidade, é preciso destacar a busca por novos paradigmas de conhecimento, com teorias compatíveis com o mundo atual, que deem conta da tarefa de compreender sua totalidade, complexidade e as possibilidades de nele intervir. Assim, para fundamentar este trabalho, no arcabouço teórico, destaca-se o pensamento de Veblen (1965) e Douglass North (1993) sobre a abordagem institucionalista, resgatando conceitos como instituições e organizações, para explicar sua funcionalidade econômica. Acrescentam-se a esses fundamentos autores que trabalham com a questão da Sociologia das Relações de Poder, como Norbert Elias e Scotson (2000).

Nesse contexto, o objetivo do estudo sobre o território do Complexo Industrial e Portuário de Suape é entendê-lo, não apenas do ponto de vista de sua funcionalidade econômica e produtiva, mas também suas significações sociais. Assim, as questões que norteiam a realização deste trabalho são:

1. Em que medida a questão institucional pode explicar o processo de ordenamento do Complexo Portuário Industrial de Suape?
2. Em que medida o dinamismo econômico vem acompanhado do processo de inclusão social?

## **Método e metodologia**

O artigo está fundamentado em uma análise crítica do método histórico e dialético, observando a relação entre o sujeito e objeto como realidade integrada.

4 Para mais informações, ver: <<http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/apresentacao10>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

Para responder às questões colocadas, foram feitos levantamentos bibliográficos em fontes secundárias, como dados do IBGE, da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), Agência Condepe-Fidem, pesquisas em documentos existentes e em fontes primárias, como também foram coletados dados em pesquisas de campo, para incorporar em nossas reflexões a diversidade, e nela a convivência entre o nativo e o “forasteiro”, na complexa virtualidade da mudança.

Este trabalho está organizado em três etapas. A primeira parte expõe uma visão geral do tema tratado; a segunda está centrada na reflexão sobre o ordenamento territorial e as instituições associadas à ação do capital, que volatiliza esse espaço em parceria com o Estado; a terceira etapa expõe os conflitos sociais entre nativos e forasteiros; por fim, delineiam-se os principais resultados.

## **I. Ordenamento territorial e instituições**

### **I.1 Definição e evolução do processo**

A ideia de estruturar um porto e, próximo dele, uma refinaria de petróleo na localidade de Suape encontra-se registrada em documentos – de autoria do padre francês **Louis Joseph Lebreton**, economista e engenheiro especialista em portos – existentes no Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe), que datam de 1954.

Nos anos 1970, o planejamento do Estado decidiu por sua construção, e em 1983 ele começou a operar, de forma precária. Naquele momento, a conjuntura internacional convivía com uma crise na economia, desencadeada pelos choques do petróleo.

O Brasil dos anos 80 experimentou profundas mudanças de ordem econômica e política, com o processo de democratização. No primeiro aspecto, houve paralisia na economia brasileira, e questionava-se até que ponto o Estado, vivenciando uma grave crise, poderia assumir papel de promotor de mudanças capazes de dinamizar a economia. Como apontam Busato e Pinto (2005, p.2), havia necessidade de “mudanças institucionais” capazes de criar estratégias para o capital, configurando uma nova geografia econômica nacional.

As mudanças institucionais então inseridas na perspectiva institucional de

Veblen que é identificada por ser historicista e criticar a exclusão das instituições do núcleo da análise econômica. Ele é considerado o fundador da escola americana, ao lado de Commons e Mitchell. Para essa escola, o conceito-chave está na própria concepção de instituição como conjunto de ideias, modos de pensar compartilhados passíveis de ser identificados e mutáveis no tempo e no espaço. Assumindo a ideia do autor para a questão de Suape, tem-se no planejamento governamental a implementação de instituições que fossem capazes de promover, naquela área, um Polo atrativo para o grande capital, mediante a isenção de impostos e subsídios às empresas.

Em sua obra *Teoria da classe ociosa* (1965), Veblen vincula instituições a tipos de caráter, ou seja, a tipos humanos, já que as instituições selecionam os tipos humanos que são mais adequados. Dialogando com a teoria, vê-se no novo ordenamento territorial do Complexo de Suape o Estado assumir o planejamento em parceria com o setor privado.

Na década de 1990, com o processo de reestruturação produtiva e de globalização, os impactos na economia mundial e elementos como a abertura de mercado, a mudança de paradigma tecnológico, flexibilidade do mercado de trabalho e a mudança acentuada no papel do Estado à frente de atividades econômicas tiveram papel fundamental na gestão macroeconômica, sobretudo, em países como o Brasil (DOMINGUES, 2014, p.13).

Esses ajustes neoliberais levaram países periféricos a enfrentar problemas, como a ausência desse Estado como agente central no planejamento econômico. No caso brasileiro, houve fragmentação das unidades federativas e uma corrida para se inserir, por si só, no capitalismo global. Apesar disso, a realidade aponta graves estrangulamentos estruturais que podem comprometer sua competitividade no mercado mundial.

## **1.2 Estado e gestão do território**

Em Pernambuco, a situação não difere do restante do país, e, para equacionar e reduzir suas deficiências, o governo aposta no dinamismo desencadeado com a implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape. O estado é convidado a oferecer subsídios e incentivos às empresas e a assumir outras infraestruturas necessárias a seu funcionamento. Isso é resultado da institucionalidade das



políticas públicas. Em outras palavras, o território passa a ser organizado e usado com a lógica exclusiva da produção (DOMINGUES, 2014, p.14), ou seja, esse território é ponto de encontro de lógicas locais e globais.

Em termos de operacionalidade desse porto, os documentos apontam que até 2005 era baixa sua influência regional e isso se refletia nos baixos investimentos capazes de atrair empresas de pequena complexidade tecnológica. Tal realidade, segundo Valdeci Santos (2012), embora não fosse desejada, era compatível com o reduzido crescimento da economia local, culminando com um processo de desindustrialização da economia estadual. Nas palavras do autor, em 1985, a indústria de transformação de Pernambuco representava aproximadamente 25% da base produtiva estadual e, em 2005, essa participação caiu para 10,7%.

Para reverter esse quadro de dificuldade da economia estadual, foi instituído um novo arranjo institucional no estado, com o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe). Criado em 1995 e reformulado em 1999, o programa oferece vantagens para empresas com interesse de se instalar ou se expandir no estado. Os incentivos têm prazos que variam de oito a 12 anos para projetos industriais com maiores conexões externas.

Ampliando a análise da abordagem institucional usada para explicar a tomada de decisões econômicas cabe destacar como importante subsídio científico a contribuição oferecida pelo economista norte-americano Douglas C. North, no livro *Institutions, institutional change and economic performance* (1990). Em seu trabalho, ele critica a economia neoclássica por sua falha em reconhecer a importância das limitações institucionais no processo de tomada de decisão econômica e sua incapacidade de explicar a permanência de diversas instituições econômicas pelo mundo. Para ele as instituições são entendidas como instrumentos econômicos e políticos de ação coletiva, e teriam como finalidade o alcance dos propósitos fundamentais da sociedade moderna.

North foi um dos primeiros a relacionar instituições ao desempenho econômico das nações,<sup>5</sup> e começou a esboçar um novo programa de investigação, que

---

5 North procurou responder a duas questões: a primeira diz respeito aos motivos que levam países a ter trajetórias de crescimento tão divergentes; e a segunda refere-se à insistência de caminhos desastrosos de crescimento em alguns países. O autor vinculou a resposta a essas duas questões ao binômio crescimento econômico e instituições de cada país (apud PASSA-

se apoiaria, cada vez mais, em argumentos institucionais, para explicar os complexos problemas do crescimento econômico em perspectiva histórica. Já a noção de arranjo institucional denota uma forma particular de organização, como as agências reguladoras, as companhias de desenvolvimento regional, os consórcios municipais etc., que apoiam a formação de um território.

Tentando estabelecer diálogo entre a realidade e a teoria, tem-se a ação de políticas públicas, por meio de instituições que garantem os programas para atrair empresas mediante incentivos fiscais, para implementar um dos núcleos da economia de Pernambuco – o Complexo de Suape. O interesse por esses conceitos reside no entendimento de como as organizações econômicas, políticas e sociais surgem, funcionam, evoluem e criam arranjos influenciados pelo ambiente institucional.

Outros elementos também foram facilitadores do processo de retomada da economia estadual, e dentre eles estão a recuperação da economia brasileira acompanhada pelo Nordeste e a decisão do governo federal pela instalação da refinaria de petróleo e da indústria de construção naval<sup>6</sup> na área. O espaço que vemos é moldado de acordo com o que determinam que seja, e as diretrizes foram traçadas em lugares longínquos.

### **1.2.1 Investimentos**

Além dos investimentos produtivos já incorporados, estão alocados recursos da ordem de 45 bilhões de reais entre 2008 e 2014, representando aproximadamente 60% do PIB atual do estado. Os investimentos privados ultrapassam R\$50 bilhões, e os recursos públicos, necessários para a manutenção da infraestrutura, somam mais de R\$2 bilhões, segundo Márcio Stefani, secretário de Desenvolvimento Econômico e presidente de Suape. Tais investimentos mudaram o perfil produtivo dos municípios diretamente envolvidos com o polo, ou seja, Ipojuca e

NEZI, 2002, p.16-17).

6 A implementação de novos estaleiros no Brasil foi direcionada para os estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro, no processo de reaquecimento da indústria de construção naval, com o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) da maior armadora da América Latina, a Transpetro. Hoje estão em operação dois estaleiros, de um total de seis unidades previstas.

Cabo de Santo Agostinho, repercutindo, inclusive, na proporção de seus PIBs, que juntos representavam 9,7% do PIB estadual em 2000, atingindo 14,3% em 2011, segundo a agência Condepe-Fidem.<sup>7</sup>

Como apontam Lima, Sicsú e Padilha (2007, p.532), dentre os investimentos de maior dimensão previstos para se alojar em Suape, encontram-se uma refinaria de petróleo, um estaleiro de grande porte, um polo de poliéster, uma usina de regaseificação de gás natural e um terminal de granéis sólidos, estando os três primeiros em estágio mais avançado de instalação.

Além desses, setores como energia eólica, siderurgia, alimentos e bebidas, cerâmica, polo de granéis líquidos e gases e um complexo logístico estão presentes na área. O polo petroquímico compreende um conjunto de estabelecimentos, alguns já implantados, outros em fase de implantação e outros previstos. Esse conjunto deve expandir a capacidade de produção de três produtos: poliéster, PTA (ácido PT) e resinas PET. Tais investimentos poderão atrair para o Estado projetos complementares, favorecendo a expansão de cadeias produtivas.

North estende sua análise às organizações, que, assim como as instituições, proveem estrutura para interação humana, mas com elas não se confundem. Segundo ele,

[...] as organizações se compõem de grupos de indivíduos unidos por um propósito comum. As organizações são políticas (partidos políticos, congressos, agências reguladoras), econômicas (empresas, sindicatos, cooperativas), sociais (igrejas, clubes, associações) e educativas (escolas, universidades) (1993, p.7-8).

Partindo dessa concepção, North distingue instituições e organizações: as primeiras como as regras do jogo e as últimas como os jogadores. Posteriormente, ele afirma que as instituições determinam as organizações e vice-versa (1992, p.13-24). Em outras palavras, as organizações políticas ou econômicas competem para transformar as instituições da maneira que mais atenda a seus interesses. Esses aspectos aparecem claramente na política de planejamento do polo. A título de exemplo, estão as Leis (instituições) que oficializam a questão dos subsídios e isenções nos programas do Prodepe e a empresa (organizações)

---

7 Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/>>. Acesso em: 19 maio 2014.

---

Suape divulgando pelo mundo, as vantagens de instalação no Complexo, com o objetivo específico de capitanear novos empreendimentos.

Ampliando a análise dos investimentos no complexo, segundo estudo elaborado pela Agência Condepe-Fidem, no polo petroquímico o aporte de capital investido será de aproximadamente R\$4,4 bilhões e o de faturamento será de R\$4 bilhões de reais ao ano; no polo naval estão previstos a geração de 15,7 mil empregos diretos e um investimento de aproximadamente R\$3,3 bilhões; e na refinaria, a soma de R\$32,25 bilhões, de acordo com informações enviadas pela Petrobrás, sendo R\$17,25 bilhões aplicados na etapa que compreende tanto as obras da construção civil quanto a aquisição de máquinas e equipamentos e R\$15 bilhões na etapa de operação do primeiro ano (2014). A tendência é que haja impactos de cadeia produtiva na economia pernambucana. Em outras palavras, o capital cresce, ampliam-se antigos negócios e surgem novos ramos produtivos.

Reiterando a questão, há ainda a perspectiva de implantação da ferrovia Transnordestina<sup>8</sup> e a construção do Arco Metropolitano,<sup>9</sup> que proporcionará o transporte e escoamento, via Suape, de grãos, minérios, gipsita, gesso e frutas do interior do estado. Com a conclusão dessas obras, virão dois resultados positivos: o primeiro é a maior integração do interior com o litoral e, para o **CIPS**, mais um viés de expansão de mercado.

Além das indústrias de grande porte, o estado alterou a Lei de Incentivos Fiscais, abrindo espaço para a pesquisa e tecnologia, enfim, para a produção de conhecimento. Outra preocupação do governo se volta para a capacitação da mão de obra e se materializa na ampliação de escolas integrais e escolas técnicas, para que haja maior empregabilidade de trabalhadores da área.

## 1.2.2 Mercado de trabalho e renda

Acompanhando essa ação, está a dinâmica populacional, a questão dos deslocamentos populacionais e a sobrecarga na área urbana em torno do atendimento à demanda. Essa situação, normalmente, está presente em espaços com novo reor-

---

8 No momento, a obra da ferrovia Transnordestina está parada.

9 O Arco Metropolitano é uma estrada que vai ligar Igarassu, na área Norte da Região Metropolitana do Recife, ao Cabo de Santo Agostinho, no Sul, próximo a Suape.

denamento, pois é gerada, temporariamente, uma situação de desequilíbrio, que leva os agentes a repensar novas ações que estejam adaptadas à situação presente.

Confirmando que o Território de Suape é dotado de uma mão de obra sem qualificação profissional adequada para a nova lógica do capital, então, diriam alguns autores que caberia ao estado implantar políticas para valorizar as capacidades profissionais presentes, orientando-as segundo o novo modelo. Contudo, esse é um dos mitos que obscurece o debate sobre o ordenamento territorial. Não existe ação mágica na rapidez exigida pelo capital. Então uma parcela dos novos trabalhadores será recrutada de fora dos limites municipais.

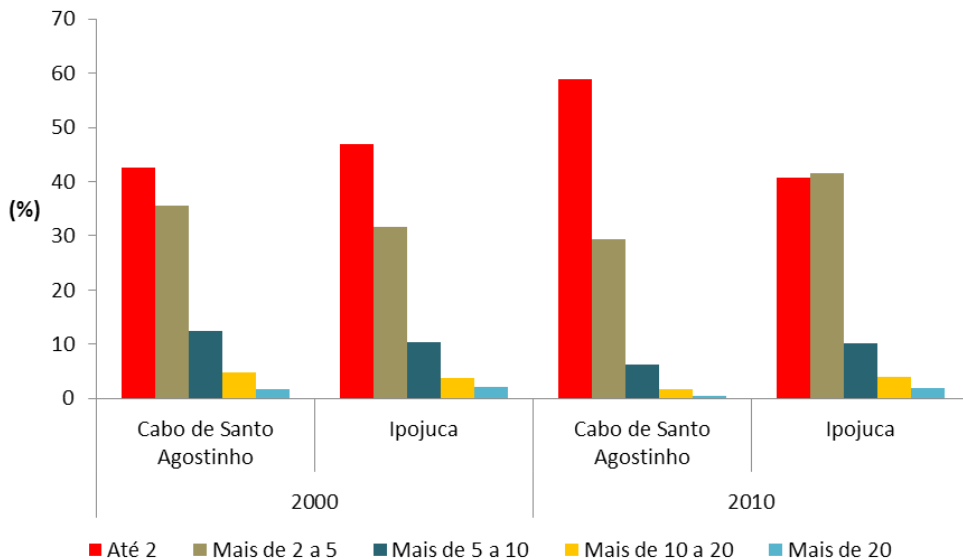
No mercado de trabalho estão cerca de 50 mil empregos gerados na etapa construtiva, dos quais 80% estão envolvidos com o pico da construção da refinaria. Pelas estimativas do Condepe-Fidem (2011, p.23-26), de 2007 a 2011 devem ser gerados, pelo impacto do Estaleiro Atlântico Sul, aproximadamente 132 mil postos de trabalho. Segundo informações da principal empresa do polo petroquímico, é prevista a geração de 1,8 mil empregos diretos.

Sabe-se que essa oferta de empregos será reduzida com a conclusão do processo construtivo previsto para acontecer em 2015, quando será demitida a grande maioria dos trabalhadores. Nesse momento, serão gerados apenas cinco mil novos postos de trabalho para profissionais qualificados. Para Marx (apud DAMIANI, 1998, p.17-18), apesar da tendência de crescimento da produção, o aumento do número de trabalhadores será em proporção decrescente à escala de produção. Nesse sentido, já existe preocupação do governo de Pernambuco e do Ministério Público do Trabalho com esse excedente de mão de obra e com centenas de milhares de famílias que têm sua renda por meio do Complexo de Suape, e que estarão disponíveis.

Nesse cenário, outra variável importante na compreensão dessa realidade complexa é a renda obtida pela população. Segundo dados do IBGE e da RAIS, numa primeira visão, a remuneração da mão de obra se manifesta em níveis muito baixos. Segundo dados do MTE e IBGE, em 2000, a proporção de domicílios mantidos por rendimento nominal mensal de até um salário mínimo era, de acordo com os municípios, de 8% (Ipojuca) e 6% (Cabo de Santo Agostinho). Nesse mesmo período, se somarmos a estes os que ganhavam de um a dois salários mínimos, teremos 47% e 42%, respectivamente.

No período seguinte, 2010, de pleno dinamismo da economia local, os dados apontam que no Cabo de Santo Agostinho cerca de 60% da PEA passou a ganhar até dois salários mínimos,<sup>10</sup> conforme a Figura 2. Situação semelhante é registrada para o município de Ipojuca, com aproximadamente 41%. Esse fato evidencia, a princípio, o aumento da pobreza nesses municípios, apesar da geração de empregos trazida pelo Complexo.

**Figura 2** – Empregados do mercado formal por classe de renda, salário mínimo (%), Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, 2000 e 2010.



**Fonte:** Dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 2010. Elaboração própria.

Dentre os trabalhadores que estão no menor padrão de renda está, sobretudo, a população local. Um espaço não é bem descrito e localizado, se o referimos a um só conjunto espacial. Ao contrário, quanto mais referimos esse espaço a conjuntos variados, com escalas diferentes, melhor será seu entendimento.

Uma perspectiva de análise liga esse fato à questão histórica de falta de qualificação profissional para o trabalho especializado, uma vez que a maioria dos

10 O salário mínimo no Brasil, em janeiro de 2014, era de R\$724,00, o que equivale a aproximadamente 223 euros.

trabalhadores esteve ligada a atividades do campo. Com o fechamento de usinas, estava criado um excedente de população útil ao capital, constituindo uma reserva de trabalhadores disponíveis para ser utilizados a qualquer momento, além de servir para regular os salários. Entretanto, há necessidade de pessoal mais qualificado e, nesse caso, tal profissional vem de outras regiões. Há, portanto, um fluxo migratório para as cidades de pessoas atraídas pelo emprego nas obras ou para montar seu próprio negócio. Daí advêm outros problemas, como o choque cultural e o aumento da violência urbana, temas desenvolvidos a seguir.

Vê-se que o estado, nesse caso, cria instituições que favorecem o setor privado e promove investimentos em infraestrutura que atendem às demandas dos grupos econômicos fortes. As mudanças são evidentes no controle do espaço, contudo, para a maioria da população local, os números indicam que não houve melhora efetiva na qualidade de vida. Não se trata, conforme aponta Storper (1997), de uma equação de fácil resolução, uma vez que estar próximo geograficamente não significa que há proximidade relacional. A proximidade relacional se forma pelas relações construídas segundo as lógicas de semelhança e de pertencimento dentro do complexo produtivo. Reiterando o pensamento Lacaze (1995) aponta que não existe ação mágica suficiente para desencadear o crescimento local.

A totalidade está sempre se refazendo, está sempre em movimento e é um instante da realidade, segundo autores, dentre eles, Straforini (2004, p.83). O espaço físico não nos interessa, mas sim sua relação com o que lhe preenche de vida e sentido: a sociedade. Nesse sentido, em busca de uma visão aprofundada da realidade aqui posta, amplia-se a análise para o espaço social.

## **2. Conflitos sociais entre nativos e trabalhadores imigrantes**

Para tratar a questão dos conflitos sociais, temos de justificar a dinâmica populacional vivenciada pelos espaços que são objeto desta análise. Os dados do IBGE apontavam 212.258 habitantes, no ano 2000, nos dois municípios diretamente envolvidos com o complexo, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. O primeiro município era o mais populoso, detendo 152.977 habitantes, representando 2,5 vezes a população de Ipojuca, com 59.281 habitantes.

No período seguinte, em 2010, houve acréscimo de 53.404 pessoas na popu-

lação total dos dois municípios. Desse total, 33 mil pessoas passaram a morar na cidade de Cabo de Santo Agostinho, em apenas 10 anos. Situação semelhante ocorreu com Ipojuca, com acréscimo de 19 mil pessoas na cidade. Vê-se que a situação segue a tendência nacional de maior proporção de população urbana.

Esse fato está relacionado ao dinamismo econômico assumido pelos municípios nas últimas décadas, advindo da implantação de novas empresas e acompanhado da oferta de empregos, o que representou um importante fator de atração populacional. Esses aspectos levam inevitavelmente ao surgimento de espaços de vulnerabilidade.

Quanto ao crescimento da população no período de 2000-2010, nota-se que, no total da área de Suape, destaca-se aumento de 14% na população total e 17% na urbana. Esses índices são superiores às médias do Recife e do estado. Ainda nesse período, em termos urbanos, os grandes destaques ficam por conta de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, com 48% e 24%, respectivamente. Por outro lado, tem-se uma população rural com crescimento negativo (-9,04%) para a quase totalidade dos municípios analisados.

De área economicamente decadente e portadora de características de seu passado sucro-alcooleiro, hoje o Território Estratégico de Suape é percebido como uma das regiões dinâmicas do país, o que tem acarretado um fenômeno migratório rápido e descontrolado na região, causado pela forte expansão de investimentos empresariais e governamentais em pouco espaço de tempo. Enquanto isso, o mercado de trabalho segue aquecido.

Os empreendimentos requerem mão de obra técnica cada vez mais qualificada, não encontrada dentro dos limites do município, conforme evidenciado pela secretária de Planejamento e Meio Ambiente do Cabo, Vera Tenório (2011). Esse contexto tem demandado elevado número de trabalhadores seja recrutado de outros municípios de Pernambuco, de outros estados ou mesmo do exterior:

A necessidade de investimentos sociais e em infraestrutura surge numa velocidade que o poder público não consegue acompanhar, assinala a secretária de Planejamento e Meio Ambiente do Cabo, Vera Tenório. A preocupação é compartilhada pela assessora especial da Prefeitura de Ipojuca, Simone Osias. Os municípios do entorno de Suape precisam se unir e conchamar o governo



do Estado e as empresas para avaliar o que pode ser feito para minimizar os impactos negativos e planejar esse crescimento, defende (PORTAL NE 10, 2011).

Tal fato gera exclusão de grande parte da população local do mercado de trabalho ou mesmo inclusão subalterna, por meio da ocupação de postos de menor remuneração, muitas vezes, não interessantes para os trabalhadores vindos de fora. A muitos nativos sobram os ônus desse processo realizado sem planejamento adequado, já que os municípios, sozinhos, não conseguem vencer os enormes desafios estabelecidos na área.

Esse *boom* de “crescimento” e imigração descontrolada tem causado diversos impactos sociais negativos no município, como o aumento da violência e do uso de drogas e álcool, prostituição, aumento de gravidez na adolescência, degradação ambiental e descontrolado da ocupação urbana. Muitos moradores nativos creditam à presença dos “homens de farda” de outros estados no local o aumento dessas mazelas, como evidenciado pelo depoimento de um morador anônimo da região: “Aqui era um lugar pacato. A gente conhecia todo mundo. Saíamos à tarde para conversar na calçada de casa. Agora não conhecemos mais ninguém. Chegaram esses homens com palavreado diferente e tomaram os bairros, as praias. A cidade virou dormitório de Suape”. Os moradores locais sentem que seu espaço foi invadido.

A vida em sociedade é caracterizada pela interação social, ou seja, um complexo de ações e reações em cadeia que influem mutuamente na vivência individual. De acordo com Gusmão (1970), as relações sociais nada mais são que ações interdependentes e em permanente interação entre mais de uma pessoa, e que podem se apresentar em duas variantes fundamentais: *aproximação* e *oposição* ou *afastamento*. No primeiro caso, podem provocar atração, no segundo repulsão.

Na área de análise ocorrem as duas formas, uma vez o mercado de trabalho atrai trabalhadores mais qualificados gerando, inevitavelmente, uma competição impessoal tanto nas relações de trabalho, como na vida cotidiana. É possível perceber o conflito entre nativos e forasteiros, principalmente, no que diz respeito à forma de comportamento cotidiano.

Gusmão (1970) defende os conflitos como formas básicas de processos sociais, e podem se apresentar de forma organizada ou não, ser permanentes ou

temporários. Variam conforme os objetivos, e podem ter origem econômica, cultural, ideológico, moral, religioso, político, intelectual, etc... Na área em pauta, as diferenças culturais são fatores de conflitos devido a determinados hábitos dos forasteiros, entendidos por nativos como desrespeito aos costumes locais.

Reiterando essa percepção Fernandes (1993) vai mais além e direciona sua análise em torno do sistema econômico como um possível fator desencadeador de conflitos, uma vez que indivíduos ou grupos que não conseguem realizar seus projetos sintam-se impedidos a lutar. Há, portanto, uma relação dialética não apenas entre a população local mais tradicionalista e os trabalhadores imigrantes que já têm lugar certo no mercado de trabalho, mas também acirrada por aqueles que, mesmo com empregabilidade garantida no Complexo, são detentores de menores salários.

Esta forma de comportamento não é um fenômeno novo no processo de evolução da humanidade. Estão inseridos nesta problemática, conceitos como, exclusão, violência e estigmatização, claramente identificados em outros processos de interação não amistosa entre populações nativas e aquelas compreendidas como forasteiras em determinadas regiões.

O próprio Elias (apud ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 32), chama atenção para a estigmatização como uma forma de discriminar. Ele observa que o fato de membros de dois grupos diferirem em sua aparência física ou falarem com um sotaque e uma fluência diferente da língua nativa os torna mais visível e alvo de discriminação.

Nesse sentido, é possível estabelecer o diálogo entre teoria e a realidade objeto de análise, uma vez que a estigmatização, como forma de discriminação, é perceptível na relação entre os nativos e trabalhadores imigrantes do município do Cabo de Santo Agostinho, fato demonstrado pela expressão corrente: “todo baiano é folgado”.

A circulação de fofocas, comentários depreciativos e censura apresentada pelos nativos em relação a determinados comportamentos considerados inadequados dos forasteiros são exemplos de como essa intolerância se expressa. No município do Cabo de Santo Agostinho, há incômodo dos nativos em relação a atitudes tomadas pelos trabalhadores imigrantes, tais como escutar som em alto volume, dirigir embriagado, ocupar desenfreadamente habitações irregula-

res – reflexo do déficit habitacional local –, observadas como falta de respeito ao “espaço” nativo. Se antes a região era, de certa forma, considerada tranquila, hoje isso mudou, e a causa frequentemente é associada à presença dos trabalhadores imigrantes. Todavia, nem sempre a “superioridade” do grupo estabelecido é recebida pelos forasteiros de forma passiva, daí advém à violência explícita.

A exemplo disso, por não partilharem dos mesmos hábitos dos nativos, assim como não possuírem identidade com o espaço, os forasteiros unidos entram em choque com os valores dos grupos locais, para responder aos ataques sofridos por parte destes, gerando, inevitavelmente, focos de acirramento pessoal.

Além disso, existem conflitos no que concerne a disputas afetivas e passionais. É notório que os “homens de farda”, na maioria das vezes, migram para Suape sem suas famílias e, sozinhos, relacionam-se sexualmente com mulheres da região, o que resulta em disputa e, com certa frequência, no assassinato de mulheres e no aumento da prostituição local e no número de adolescentes grávidas.

Confirma-se, pois, que esses fatores têm gerado descontentamento entre as populações nativas, daí vem a maior preocupação com o modelo de reordenamento do CIPS.

Apesar das animosidades registradas, - no momento -, boa parte desse pessoal deixa o município devido à desativação de vários postos de trabalho, retornando, portanto, ao seu local de origem, o que não invalida a necessidade de ações do poder público em duas frentes. A primeira, no nível estrutural com a redução do déficit habitacional, investimentos em saneamento básico e distribuição de água. A segunda diz respeito a ações no nível social, tais como a distribuição mais equitativa dos empregos gerados, o combate ao tráfico de drogas e estruturação e fortalecimento de programas voltados à orientação sobre sociabilidade entre os habitantes do município.

Compreende-se que essas ações, obviamente, não são fáceis de serem implementadas pelo poder público, principalmente ao se considerar a rapidez do processo de reordenamento em curso na região dos municípios do CIPS, e, dentre eles, no município do Cabo de Santo Agostinho. Todavia, urge a execução de um plano integrado de ações mitigadoras dos efeitos nocivos do processo empreendido.

## Considerações Finais

Observa-se que o novo Ordenamento do Território de Suape é complexo, sua produção nunca está pronta e acabada, e são muitas as incertezas quanto às perspectivas de futuro. O dinamismo econômico é comprovado por meio dos números, é forte o papel do Estado no que se refere aos subsídios, é visível a empregabilidade e a pressão por infraestrutura urbana. Entende-se, pois que as ações e políticas públicas implementadas pelo Estado, seguiram as diretrizes institucionais e fazem parte do processo de construção desses territórios. Em outras palavras, é possível entender este espaço a partir da abordagem institucionalista.

No que se refere ao processo de inclusão social, os números indicam que parte da população local tende a ser excluída do processo ou mesmo incluída, através da ocupação dos postos de trabalho de menor remuneração. Paralelamente, observa-se que mais da metade dos postos de trabalho entre o período de 2000 a 2010 encontram-se no patamar de até dois salários mínimos de rendimento médio. Então, contrariando as expectativas, os números nos levam a concluir que não houve melhoria efetiva da qualidade de vida da maioria da população envolvida no mercado de trabalho do Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Outro aspecto pertinente diz respeito à questão da mão de obra imigrante. Não existe ação mágica, - que seja implantada na área para melhorar a qualificação dos nativos -, que possibilite mudar essa realidade de forma rápida para acompanhar a velocidade que a economia necessita.

Assim, mais do que problemas conjunturais, o modelo adotado ou Reordenamento Territorial vem acompanhado de transtornos sociais àquele território com o descontentamento das populações nativas e conflitos sociais entre moradores locais e trabalhadores imigrantes.

Recebido em maio de 2014.  
Aprovado em setembro de 2014.

## Referências

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO – CONDEPE/FIDEM. **Estudos dos impactos dos investimentos na economia pernambucana: Unidades da BR FOODS, HEMOBRÁS, Estaleiro Atlântico Sul, Petroquímica Suape e Refinaria Abreu e Lima: uma visão a partir da Matriz Insumo-Produto de Pernambuco** – 2005. Coordenação de Wilson Grimaldi e Júlio César Silva. Recife, 2011. 74p.

BLOG DO GUSMÃO. **Ilheenses e Itabunenses sofrem ameaças em Santa Catarina. Endereço Eletrônico.** Disponível em: <<http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2013/11/07/ilheenses-e-itabunenses-sofrem-ameacas-em-santa-catarina>>. Acesso em: maio 2014.

BUSATO, Maria Isabel e PINTO, Eduardo Costa. **Anova geografia econômica: uma perspectiva regulacionista.** I ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, Salvador, Bahia. set. 2005. 22p.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia.** 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 1998. (Caminhos da Geografia). 107p.

DOMINGUES, Rita. **Instituições e o controle do espaço: um olhar da geografia.** XIII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Barcelona, 05-10 de maio, 2014. 18p.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p.32-45.

FERNANDES, António. **Conflitualidade e movimentos sociais.** 1993. Disponível em: <<http://analisessocial.ics.ul.pt/documentos/1223292608SkUR1qx0Wa77QV4.pdf>> Acessado em 18 de Agosto de 2014.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Manual de Sociologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970, 3ª ed. p. 55-59.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.173p.

JORNAL DO COMMERCIO. **Redenção e contradição**: Documento 2011 Suape. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/especial/suape/index.html>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

LACAZE, Jean-Paul. **O ordenamento do território**. Lisboa: Biblioteca Básica de Ciência e Cultura. Instituto Piaget, 1995. 139p.

LIMA, J. Policarpo R.; SICSÚ, Abraham B. e PADILHA, M. F. F. G. **Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.38, n.4, p.525-541, out.-dez. 2007. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1062](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1062)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

NORTH, Douglass C. **Desempeño económico en el transcurso de los años**. In: Conferencia de North en Estocolmo, Suecia, el 09 diciembre, al recibir el Premio Nobel de Ciencias Económicas. 26p. Disponível em: <<http://www.eumed.net>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. São Paulo: Instituto Liberal, 1992. 38p.

NORTH, Douglass. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.152p.

PASSANEZI, P. M. S. **A evolução das instituições segundo Douglas North**. 2002. 210f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 473p. p.105-142.

SANTOS, Valdeci Monteiro. **Suape: um desafio para Pernambuco**. Abril de 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/50857924>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

STORPER, Michael. **The regional world: territorial development in a global economy**. Nova Iorque: The Guilford Press, 1997.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade e mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.190p.

VEBLEN, T. **Sobre la naturaleza del capital**. Revista de Economía Institucional, Colombia, n.2, p.197-216, 2000.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Pioneira, 1965.